

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

OBS: No título de cada matéria encontra-se o link para sua íntegra.

Diário Oficial da União

Assuntos Econômicos

Atos do Poder Legislativo

[Lei 12.441, de 11 de julho de 2011](#)

“Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada”.

Origem: PLC 18/11 (PL 4605/09) – Com Veto - [Mensagem nº 259/11](#)

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Banco Central do Brasil - Diretoria Colegiada - Diretoria de Administração - Departamento do Meio Circulante

[Carta Circular 3.515, de 11 de julho de 2011](#)

“Divulga procedimentos para a retenção, exame e restituição de cédulas nacionais danificadas por dispositivo antifurto em conformidade com o disposto no art. 2º da Circular nº 3.538, de 1º de junho de 2011”.

Fonte: CNI

Atos do Congresso Nacional

[Decreto Legislativo 159, de 2011\(*\)](#)

“Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008”.

(A UNASUL tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados).

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Comissão de Valores Mobiliários

[Instrução 500, de 15 de julho de 2011](#)

“Altera o artigo 1º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009”. 2 **SINOPSE D.O.U. SEÇÃO I**
Ano 21, nº 89 - 27 de junho de 2011.

Fonte: CNI

[Instrução 501, de 15 de julho de 2011](#)

“Altera as Instruções CVM nº 406, de 27 de abril de 2004; e 460, de 10 de outubro de 2007”.

Fonte: CNI

Comércio Exterior

Atos do Poder Executivo

[Decreto de 11 de julho de 2011](#)

“Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital de instituição financeira a ser constituída por Mellon Overseas Investment Corporation, sociedade sediada nos Estados Unidos”.

Fonte: CNI

[Decreto de 11 de julho de 2011](#)

“Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital da Convenção S.A. Corretora de Valores e Câmbio”.

Fonte: CNI

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Presidência da República - Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior

[Resolução 44, de 11 de julho de 2011](#)

“Institui o Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da legislação interna de comércio exterior (GTIC)”.

Fonte: CNI

[Resolução 45, de 11 de julho de 2011](#)

“Aplica direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 meses, às importações brasileiras de diisocianato de tolueno (TDI- 80/20), originárias da República Argentina e dos Estados Unidos da América”.

Fonte: CNI

[Resolução 46, de 11 de julho de 2011](#)

“Prorroga o direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de garrafas térmicas, originárias da República Popular da China”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.172, de 13 de julho de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa SRF nº 242, de 6 de novembro de 2002, que dispõe sobre o controle de internação de mercadorias da Zona Franca de Manaus para o restante do território nacional”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior

[Resolução 49, de 14 de julho de 2011](#)

“Suspende, pelo prazo de 60 dias, a partir de 17 de julho de 2011, a vigência da Resolução [CAMEX nº 21](#), de 7 de abril de 2011”.

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Fonte: CNI

Atos do Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 28, de 2011](#)

Designa Parlamentares como membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Fonte: CNI

Micro e Pequena Empresa

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Gabinete do Ministro

[Portaria 181, de 15 de julho de 2011](#)

“Institui o Grupo de Trabalho para elaborar proposta de regulamentação do Plano Nacional de Capacitação e Aperfeiçoamento das Micro e Pequenas Empresas – PNCAMPE”.

Fonte: CNI

Política Agroindustrial

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.524, de 12 de julho de 2011](#)

“Altera o Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, que regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 261, de 12 de julho de 2011](#)

Encaminha ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União,

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Fonte: CNI

Política Industrial

Atos do Congresso Nacional

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 29, de 2011

Prorroga por um pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 534, de 20 de maio de 2011, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo".

Fonte: CNI

Infraestrutura

Ministério das Cidades

Ato Homologatório

Homologa a Resolução Recomendada nº 85/2010 do Conselho das Cidades.

Fonte: CNI

Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente - Conselho Nacional do Meio Ambiente

Resolução 432, de 13 de julho de 2011

"Estabelece novas fases de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores, motociclos e veículos similares novos, e dá outras providências".

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Fonte: CNI

[Resolução 433, de 13 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas”.

Fonte: CNI

Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

[Instrução Normativa 7, de 7 de julho 2011\(*\)](#)

Altera a redação dos arts. 2º e 5º da [Instrução Normativa do IBAMA nº 31](#), de 3 de dezembro de 2009. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 8-7-2011, Seção 1, pág. 100, com incorreção no original.

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 8, de 14 de julho 2011](#)

“Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos no 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009”.

Fonte: CNI

Política Social

Ministério das Cidades - Gabinete do Ministro

[Instrução Normativa 30, de 14 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2011, e dá outras providências”.

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Fonte: CNI

Conselho das Cidades

[Resolução Recomendada 114, de 10 de junho de 2011](#)

“Recomenda que o PPA 2012-2015 conte com a transferência da totalidade dos recursos do Orçamento Geral da União do PAC Habitação destinados à Habitação de Interesse Social, para o FNHIS, de forma a garantir o seu controle social e o seu descontingenciamento”.

Fonte: CNI

Relações do Trabalho

Atos do Congresso Nacional - Secretaria- Geral

Portaria 237, de 13 de julho de 2011

“Estabelecer procedimentos para o credenciamento de empresas de auditoria independente para verificação do cumprimento de práticas empresariais pelas empresas que aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”.

Fonte: CNI

Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Inspeção do Trabalho

[Portaria 247, de 12 de junho de 2011](#)

“Altera a Norma Regulamentadora n.º 5”.

Fonte: CNI

Previdência Social

Ministério da Previdência Social - Gabinete do Ministro

Portaria Interministerial MPS/MF 407, de 14 de julho de 2011 “Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

da Previdência Social – RPS”.

Fonte: CNI

Tributos

Impostos

Presidência da República - Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior

[Resolução 47, de 11 de julho de 2011](#)

Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre 17 Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

Fonte: CNI

[Resolução 48, de 11 de julho de 2011](#)

Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre 269 Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários, 55 componentes de Sistemas Integrados (SI) e altera a redação de 22 Ex-tarifários.

Fonte: CNI

Presidência da República - Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior

[Resolução 51, de 15 de julho de 2011](#)

Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre 6 Bens de Capital, na condição de Extarifários, e altera a redação de 19 Extarifários.

Fonte: CNI

Tributos

Atos do Poder Executivo

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Decreto 7.525, de 15 de julho de 2011

“Altera para RECOPA a sigla do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol, a que se refere o Decreto nº 7.319, de 28 de setembro de 2010”.

Fonte: CNI

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Diário Oficial Estadual

Assuntos Econômicos

Poder Executivo

Decreto Nº 1.996

Autoriza a realização de projetos e estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários à análise da viabilidade e estruturação de projeto de parceria público-privada, para a implantação do programa CAC-PR.

Fonte: DOU 12.07.2011

Decreto Nº 1.997

Institui o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Fonte: DOU 14.07.2011

Lei nº 16.869, de 14 de julho de 2011

Revoga a Lei nº 16.645/2010, voltando a vigir a Lei nº 13.758/2002, referente a comercialização de fogos de artifício.

Fonte: DOU 14.07.2011

Meio Ambiente

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Resolução SEMA Nº 021/2011

Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece condições e critérios para Postos de combustíveis e/ou Sistemas Retalhistas de Combustíveis, revoga a Resolução nº 038/09/ SEMA, Resolução nº

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

018/2010/SEMA e Resolução nº 077/2010/SEMA dá outras providências.

Fonte: DOU 11.07.2011

Instituto Ambiental do Paraná

[Portaria Nº 136, de 07 de julho de 2011](#)

Suspende a emissão de Licenças Ambientais para as atividades de Armazenamento Temporário e de Transbordo de Resíduos e da outras Providências.

Fonte: DOU 13.07.2011

Política Social

Saúde

Secretaria de Estado da Saúde

[Resolução SESA nº 0166/2011](#)

Determinar que as vigilâncias sanitárias regionais e municipais em suas inspeções de rotina nos estabelecimentos de saúde e nos estabelecimentos comerciais de interesse da saúde verifiquem a existência destes medicamentos e que, ao comprovarem tal condição, adotem as providências cabíveis, infracionando, apreendendo os produtos e interditando o estabelecimento até a conclusão da investigação pertinente.

Fonte: DOU 08.07.2011

Relações do Trabalho

Secretaria de Estado da Administração e Previdência

[Resolução SEAP Nº 1750/2011](#)

Ficam os órgãos da Administração direta e entes da administração indireta do Estado do Paraná cientes da necessidade de atendimento às disposições que seguem, indispensáveis para o estrito

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

cumprimento das obrigações legais relacionadas à contratação de estagiários, de nível médio e superior, para estágio obrigatório e não-obrigatório

Fonte: DOU 11.07.2011

Tributos

Impostos

Poder Executivo

Decreto Nº 1.919

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007, referentes às saídas de mercadorias, em operações internas, até 31.12.2012, destinadas à **COMPANHIA HABITACIONAL DO PARANÁ - COHAPAR**, a empresas por ela contratadas ou com ela conveniada.

Fonte: DOU 08.07.2011

Decreto Nº 1.920

Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007, alterações referentes às empresas que realizem importação de bens para integrar o ativo permanente, ou de mercadorias, por meio dos Portos de Paranaguá e de Antonina e de aeroportos paranaenses.

Fonte: DOU 08.07.2011

Decreto Nº 1.921

Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 21 de dezembro de 2007, alterações referentes ao comércio de farinha de mandioca.

Fonte: DOU 08.07.2011

Nº 26 - ano III - Departamento de Assuntos Legislativos – 18 de julho de 2011

Decreto Nº 1.949

Fica introduzida no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 21 de dezembro de 2007, alterações referente aos estabelecimentos fabricantes de FLOCOS DE MILHO E FLOCOS DE ARROZ, PRÉ-COZIDOS.

Fonte: DOU 11.07.2011

Decreto Nº 1.980

Fica introduzida no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007, alterações dispensando os créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das operações realizadas até 28.2.2011 com implantes ósseo integráveis.

Fonte: DOU 12.07.2011